



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

TALYSSON TALES GURGEL VERAS

**A EVOLUÇÃO DO DESEMPENHO DAS EXPORTAÇÕES
AGRÍCOLAS BRASILEIRAS DESTACANDO A CONTRIBUIÇÃO DA
FRUTICULTURA E A PRODUÇÃO DO MELÃO NO RIO GRANDE DO
NORTE NO PERÍODO DE 1997 A 2017**

**NATAL
2019**

TALYSSON TALES GURGEL VERAS

**A EVOLUÇÃO DO DESEMPENHO DAS EXPORTAÇÕES AGRÍCOLAS
BRASILEIRAS DESTACANDO A CONTRIBUIÇÃO DA FRUTICULTURA
E A PRODUÇÃO DO MELÃO NO RIO GRANDE DO NORTE
NO PERÍODO DE 1997 A 2017**

Monografia apresentada à Coordenação do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Thales Augusto Medeiros Penha.

NATAL
2019

TALYSSON TALES GURGEL VERAS

**A EVOLUÇÃO DO DESEMPENHO DAS EXPORTAÇÕES AGRÍCOLAS
BRASILEIRAS DESTACANDO A CONTRIBUIÇÃO DA FRUTICULTURA
E A PRODUÇÃO DO MELÃO NO RIO GRANDE DO NORTE
NO PERÍODO DE 1997 A 2017**

Monografia apresentada à Coordenação do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovada em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. – Orientador

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. M. Sc. – Examinador

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. M. Sc. – Examinador

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar a contribuição da fruticultura no processo evolutivo do desempenho das exportações agrícolas no Brasil e no Rio Grande do Norte no período de 1997 a 2017. Para tanto, foi realizada uma pesquisa exploratória e bibliográfica, com análise qualitativa das informações coletadas. De posse da pesquisa realizada, observou-se que o setor agrícola brasileiro teve uma ascensão no período estudado (1997-2017) com participação média de 24% no PIB brasileiro. Neste contexto, o setor agrícola teve uma participação predominante, destacando-se a fruticultura com um crescimento substancial no período analisado. Neste cenário o Brasil se destacou como o terceiro maior produtor de frutas do mundo no ano de 2008, sendo a região Nordeste a que mais cresceu nos últimos anos em termos de produção de frutas frescas, destacando-se o melão e o estado do Rio Grande do Norte como maior produtor desta fruta. Atualmente, o melão é considerado o maior produto exportado deste estado, sobressaindo-se por apresentar preço de exportação consideravelmente atrativo. Finalizando o estudo, vale ressaltar a contribuição positiva do estado do Rio Grande do Norte para a evolução do desempenho das exportações agrícolas envolvendo a fruticultura e a produção do melão.

Palavras-chave: Desempenho das Exportações Agrícolas. Fruticultura. Produção de Melão.

ABSTRACT

This work aims to analyze the contribution of fruticulture in the evolutionary process of the performance of agricultural exports in Brazil and Rio Grande do Norte in the period from 1997 to 2017. For this purpose, an exploratory and bibliographic research was carried out, with qualitative analysis of the information collected. In possession of the research carried out, it was observed that the Brazilian agricultural sector had a rise in the studied period (1997-2017) with an average participation of 24% in Brazilian GDP. In this context, the agricultural sector had a predominant participation, highlighting the fruticulture with a substantial growth in the analyzed period. In this scenario, Brazil stood out as the third largest fruit producer in the world in 2008, being the northeast region that most grew in recent years in terms of fresh fruit production, highlighting the melon and the state of Rio Grande do Norte as the largest product or of this fruit. Currently, Melon is considered the largest product exported from this state, standing out because it presents a considerably attractive export price. Finalizing the study, it is worth mentioning the positive contribution of the state of Rio Grande do Norte to the evolution of the performance of agricultural exports involving the fruticulture and the production of melon.

Keywords: Agricultural Exports Performance. Fruit Growing. Melon Production.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
1 CAPÍTULO 1: DESEMPENHO DAS EXPORTAÇÕES AGRÍCOLAS NO BRASIL.....	9
2 CAPÍTULO 2: A CONTRIBUIÇÃO DA FRUTICULTURA E O DESEMPENHO DAS EXPORTAÇÕES AGRÍCOLAS	17
3 CAPÍTULO 3: A CONTRIBUIÇÃO DO MELÃO NA FRUTICULTURA E O DESEMPENHO DAS EXPORTAÇÕES AGRÍCOLAS DO RIO GRANDE DO NORTE	24
4 CONCLUSÃO.....	33
REFERÊNCIAS.....	35

INTRODUÇÃO

A fruticultura apresentou nas últimas duas décadas uma forte expansão, impulsionada principalmente pelo crescimento do comércio mundial neste setor (Penha, 2019). Neste mercado, o Brasil tem se colocado como um dos maiores produtores e exportadores. No ano de 2012, o Brasil foi o terceiro maior produtor de frutas *in natura*, alcançando a marca de 44 milhões de toneladas. Além do Brasil, também teve destaque a China, que ocupou o lugar de maior produtor mundial, com 225 milhões de toneladas, seguida pela Índia, que atingiu a marca de 83 milhões de toneladas (SANTOS *et al.*, 2014).

Um dos motivos propulsores dessa ascensão deste mercado está associado à mudança de padrão da demanda, na medida em que os consumidores, principalmente dos países desenvolvidos, direcionaram crescente aquisição de alimentos frescos, saudáveis e seguros. Desde o ano de 1995 o consumo *per capita* de frutas frescas no mundo vem aumentando, entre 1995 e 2003 o aumento foi de 13%, alcançando uma média de 62 kg/ano/pessoa (SANTOS *et al.*, 2014).

Após a crise internacional do final dos anos 2000, o Brasil tem apresentando um bom desempenho no mercado internacional de frutas *in natura*. No ano de 2013, a produção brasileira foi responsável por 712 mil toneladas de frutas *in natura* comercializadas no mercado internacional, equivalendo a um aumento de aproximadamente 3% em relação ao ano anterior. O faturamento gerado por esta produção contabilizou a marca de US\$ 657 milhões, cujo valor apresentou um aumento de 6% em relação ao ano anterior, de acordo com a SECEX (WEISS, 2012; SANTOS *et al.*, 2014).

De acordo com informações da APEX-BRASIL (2015), a fruticultura brasileira gerou um montante de US\$ 841 milhões. No entanto, a posição ocupada pelo Brasil dentre os maiores exportadores de frutas *in natura* ainda é baixa em relação ao potencial de produção do país. Embora seja o terceiro maior produtor de frutas *in natura*, ocupa a 17ª posição entre os maiores exportadores comparando-se os faturamentos gerados (VITTI, 2009).

Nessa conjuntura, é a região Nordeste que impulsionou nas últimas décadas a expansão das exportações de frutas, a partir da consolidação de Polos irrigados na região. Um dos aspectos relevantes para a expansão da produção na região Nordeste é o clima favorável, a baixa pluviosidade e a baixa amplitude térmica

propicia um ambiente de maior controle dos estágios de produção das frutíferas. No entanto, as obras hídricas que permitiram a irrigação foram fundamentais para controlar a oferta de água necessária. Estas obras hídricas permitiram a criação de alguns polos irrigados na região, no entanto, duas regiões se destacam pela proeminência dos seus produtos no mercado internacional, o polo Petrolina-Juazeiro, na produção de uva e manga, e também, a região que vai do Polo o Açú-Mossoró até a região do Jaguaribe no Ceará, que tem o melão como principal produto.

Em relação ao melão, juntos, os estados do Rio Grande do Norte e do Ceará são responsáveis por 99% do montante direcionado ao mercado internacional. No ano de 2014 o estado do Rio Grande do Norte atingiu a marca de 43% e o estado do Ceará se consolidou como o estado que mais exportou melão no Brasil, com a marca de 56% (SANTOS *et al.*, 2014).

Vianna (2006) relata que o sucesso da produção do melão nesses estados se deve aos incentivos que o poder público oferece para os produtores, através da inovação na fruticultura irrigada, atualização dos conhecimentos técnicos acerca da produção, redução da carga tributária sobre a produção da fruta (desde 2001). Tudo isso acabou gerando um mercado cada vez mais competitivo na produção de melão e, conseqüentemente, a uma boa aceitação do produto nos países consumidores desta fruta. Deste modo, tem-se que os estados do Rio Grande do Norte e do Ceará concorrem tanto na produção quanto na exportação do melão.

Dentro desse contexto, a proposta central deste trabalho consistiu em responder a seguinte questão norteadora: Qual a contribuição da fruticultura no processo evolutivo do desempenho das exportações agrícolas agrícola no Brasil e no Rio Grande do Norte no período de 1997 a 2017?

Diante de tal questão, o objetivo geral do trabalho analisar a contribuição da fruticultura no processo evolutivo do desempenho das exportações agrícolas no Brasil e no Rio Grande do Norte no período de 1997 a 2017.

Com o propósito de alcançar esse objetivo, foram determinados os seguintes objetivos específicos: verificar a situação do desempenho das exportações agrícolas do Brasil e do Rio Grande do Norte com relação à fruticultura; averiguar sobre a importância da produção do melão no Rio Grande do Norte; e, por fim, examinar a situação do melão do Rio Grande do Norte no mercado internacional.

Para tanto, a metodologia utilizada para a construção deste trabalho envolveu uma pesquisa exploratória e bibliográfica, com análise qualitativa dos dados. De acordo com Andrade (2001), este tipo de pesquisa trata-se do primeiro passo de todo trabalho científico, cujas finalidades são: proporcionar mais informações sobre determinado assunto; facilitar a delimitação de um tema de trabalho; definir os objetivos ou formular as hipóteses de uma pesquisa.

A pesquisa bibliográfica, conforme Marconi e Lakatos (2010) é realizada através de material já existente, constituído principalmente de livros, periódicos, entre outros. Envolve toda a bibliografia já tornada pública com relação ao tema de estudo, desde publicações de um modo geral, como, por exemplo, jornais, revistas, livros etc., até os meios de comunicação orais: rádios, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão.

A análise qualitativa, segundo Alexandre (2003), significa a utilização de dispositivos por meio dos quais o pesquisador pode obter o discernimento e o significado de que necessita sobre o seu objeto de estudo. A finalidade é selecionar o material a ser utilizado no trabalho e buscar compreender a realidade estudada para, posteriormente, elaborar as conclusões do estudo.

1 CAPÍTULO 1 DESEMPENHO DAS EXPORTAÇÕES AGRÍCOLAS DO BRASIL

A agricultura está diretamente ligada na ideia de cadeia produtiva, com seus elos entrelaçados e suas interdependências, são eles: insumos para terra, produção básica, agroindústria e agrosserviços, estes conceituando o agronegócio. A Figura 1 retrata, esquematicamente, a cadeia produtiva do agronegócio. Este conceito serve para o ramo agrícola (vegetal) e para o ramo pecuário (animal).

Figura 1 – Elementos do complexo agroindustrial.

Fornecedores de Insumos e Bens de Produção	Produção	Armazenagem, Processamento e Transformação	Distribuição e Consumo	CONSUMIDORES
Produção Vegetal				
Sementes Mudas Calcário Fertilizantes Defensivos vegetais Com bustíveis Tratores Colheitadeiras Implementos Equipamentos Máquinas Motores Solos	Lav. Permanentes → Lav. temporárias Horticultura	Alimentos Têxteis Vestuário → Bebidas Álcool Fumo Óleos, essências	Restaurantes Hotéis Bares, padarias → Feiras Supermercados Comércio atacadista Exportação	→
Serviços de Apoio				
Agrônomos, P&D, bancários, marketing, vendas, transporte, armazenagem, portuários, assistência técnica, informação de mercados, bolsas de mercadoria, seguros, bancos financiadores e outros				

Fonte: Contini (2001) – adaptado de Araújo *et al.* (1990).

A agricultura brasileira passou, portanto, por um grande impulso entre as décadas de 1960 e 1980, devido ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, proporcionando o domínio de regiões antes consideradas inadequadas para a agropecuária. Isto fez surgir a oferta de um grande número de produtos. O país passou, então, a ser considerado como aquele que dominou a “agricultura tropical”. Em conformidade com Barros (1983), neste período a estratégia brasileira de modernização agrícola levou em consideração quatro aspectos fundamentais: (1) expansão dos programas de crédito subsidiado; (2) elevação dos gastos em extensão rural e pesquisa; (3) maior abertura ao comércio internacional e (4) prioridade ao setor de insumos modernos.

A década de 1980 marca uma profunda instabilidade macroeconômica no Brasil. Segundo Oliveira (2005) a década de 1980 foi considerada como perdida, uma vez que foi pontuada pela estagnação do nível de atividade, por intensos

desequilíbrios macroeconômicos, e pelo problema da inflação, que alcançou o patamar médio de 438% ao ano. Apesar das tentativas de se buscar a estabilização da economia, o fracasso dos mecanismos utilizados contribuiu para a gravidade do problema. Este cenário econômico teve impactos no papel da agricultura brasileira.

Nas palavras de Gonzalez e Costa (1998), na década de 1980 foi atribuída à agricultura a tarefa de gerar *superávits* comerciais com a finalidade buscar o equilíbrio do balanço de pagamentos, que foi agravado pela crise da dívida externa e pelos mal sucedidos planos de combate à inflação. Neste contexto, a economia brasileira passou a ser submetida a políticas macro, que buscavam a queda nos índices gerais de preços e o ajuste do setor externo. Para se alcançar o ajuste externo foram efetivadas, no âmbito da política cambial, maxidesvalorizações, fazendo com que as políticas fiscais e monetárias se tornassem, veementemente, contracionistas com vistas a reduzir o *déficit* público e o crédito doméstico.

Dentro desse contexto de agravamento das contas públicas, o sistema de crédito rural foi deteriorado. E mesmo assim uma trajetória de crescimento no setor agropecuário foi mantida. No entanto, apresentou enfraquecimento do modelo extensivo de crescimento baseado na expansão de área, e fortalecimento de outro em que a produtividade passou a ser a principal tônica de aumento da produção (GONZALEZ; COSTA, 1998).

De acordo com Melo (1993), o único setor responsável por saldos positivos nas exportações durante a década de 1980 foi a da agricultura, que obteve um *market-share* em torno dos 4% das exportações mundiais, diminuído este percentual somente no final da década. Em toda a década, o setor contribuiu, aproximadamente, com valores equivalentes a 50% das exportações brasileiras, tendo maior participação em 1987, com 63,9%. Neste contexto, conforme Ferreira Filho (1993), o fato das exportações agrícolas brasileiras não ter apresentado aumento durante o período, mesmo contando com o incentivo da política comercial, deveu-se em sua maioria à crise do comércio internacional vivenciada no período.

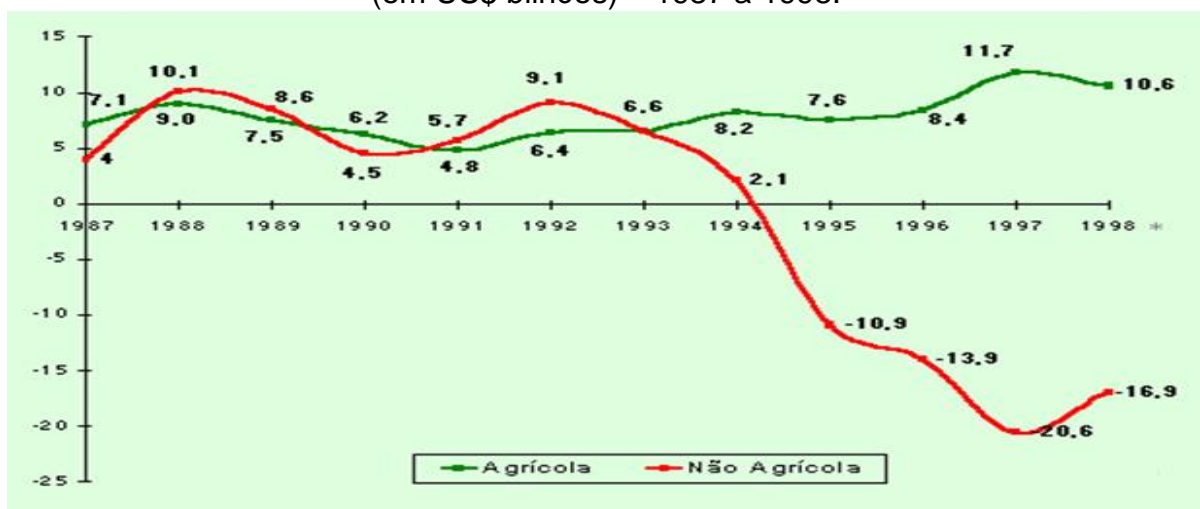
A década de 1990 foi palco de mudanças significativas nas exportações brasileiras, principalmente após a abertura comercial. O Brasil passou por uma integralização em âmbito mundial, globalização, marcada pelo “Novo Regionalismo”, caracterizado pela nova integração entre países com acordo bilaterais e multilaterais (zonas de livre comércio, uniões aduaneiras e mercados comuns). A rápida abertura comercial aconteceu a partir do final da década de 1980, representada pela

diminuição do volume de tarifas no ano de 1987 de 55%, e em 1995 de 14%. O processo de significativa desregulamentação do Estado, que reduziu seu poder de intervenção, formou um novo contexto de inclusão da agricultura (COELHO, 1997 *apud* CONCEIÇÃO; CONCEIÇÃO, 2014).

Conforme Rodrigues (2004), até a Rodada do Uruguai, que teve seu fim em 1994, praticamente não existia apoio para incluir a agricultura efetivamente na agenda de liberalização, pois os Estados Unidos e as principais nações desenvolvidas da Europa eram normalmente sujeitas a fortes *lobbies* protecionistas que tinham construído mecanismos elaborados de apoio à renda agrícola. Ao mesmo tempo, as principais nações em fase de desenvolvimento buscavam proteger seu setor industrial e, portanto, não tinham interesse em defender a liberalização para a agricultura. Em 1995 foi firmado o acordo da Rodada do Uruguai, quando os países passaram a reduzir os subsídios agrícolas, especialmente os europeus, provocando um afrouxamento no comércio mundial, possibilitando o aprimoramento do comércio de FLV (Frutas, Legumes e Verduras), sobretudo as frutas tropicais.

A Figura 2 mostra o saldo setorial do desempenho das exportações agrícolas desde o arrefecimento no período de 1991 a 1993, até o maior crescimento da década de 1990, em 1997/1998. Em contrapartida, os setores não agrícolas foram totalmente deficitários. Em 1997 e 1998 atingiu-se o maior saldo comercial setorial positivo da ordem de US\$ 11,7 Bilhões e US\$ 10,6 Bilhões respectivamente. Neste contexto, é crucial a ação da agricultura gerando superávits no desempenho das exportações agrícolas.

Figura 2 – Saldo do desempenho das exportações agrícolas (em US\$ bilhões) – 1987 a 1998.



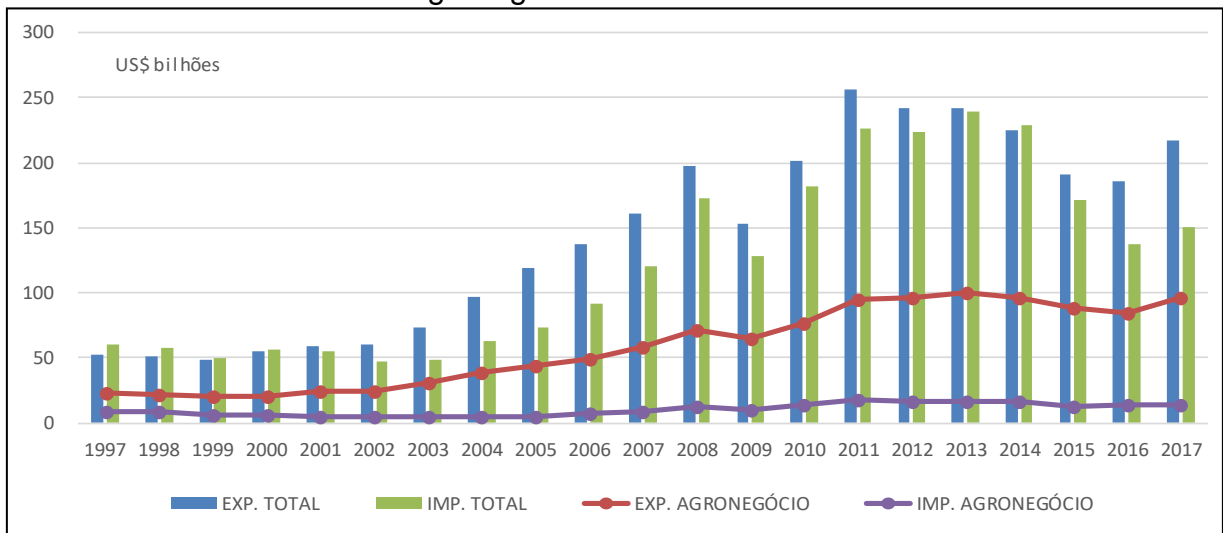
Fonte: BACEN/SECEX (*apud* CONTINI, 2001).

Em conformidade com Melo (s.d. *apud* CONCEIÇÃO; CONCEIÇÃO, 2014), um conjunto de variáveis apresentou um comportamento favorável nos anos 1990, são eles:

i) a melhoria, até 1997, das cotações internacionais de produtos agropecuários; *ii)* as reduções dos preços reais de insumos agrícolas, principalmente nos casos de fertilizantes, defensivos, medicamentos e máquinas, beneficiados que foram por menores tarifas de importação (a abertura comercial); *iii)* a continuação do processo de geração de inovações tecnológicas pelos setores público e privado, destacando-se o papel da Embrapa; e *iv)* as modificações de política econômica, com destaque para a isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas exportações agropecuárias a partir de 1997 (a partir da Lei Kandir), a criação do Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF) em 1995, e a introdução de novos instrumentos de comercialização na política agrícola. As mudanças nas tarifas de importação de insumos, um dos pontos positivos da abertura comercial, e as inovações tecnológicas tinham como objetivo o aumento na produtividade dos fatores de produção (MELO, s.d. *apud* CONCEIÇÃO; CONCEIÇÃO, 2014, p. 14-15).

Diante desse cenário de crescimento dos produtos agrícolas no período de 1987 a 1998, expõe-se na Figura 3 a participação do setor do agronegócio no desempenho das exportações agrícolas brasileiras no período de 1997 a 2017.

Figura 3 – Evolução do desempenho das exportações agrícolas brasileiras e do agronegócio – 1997 a 2017.

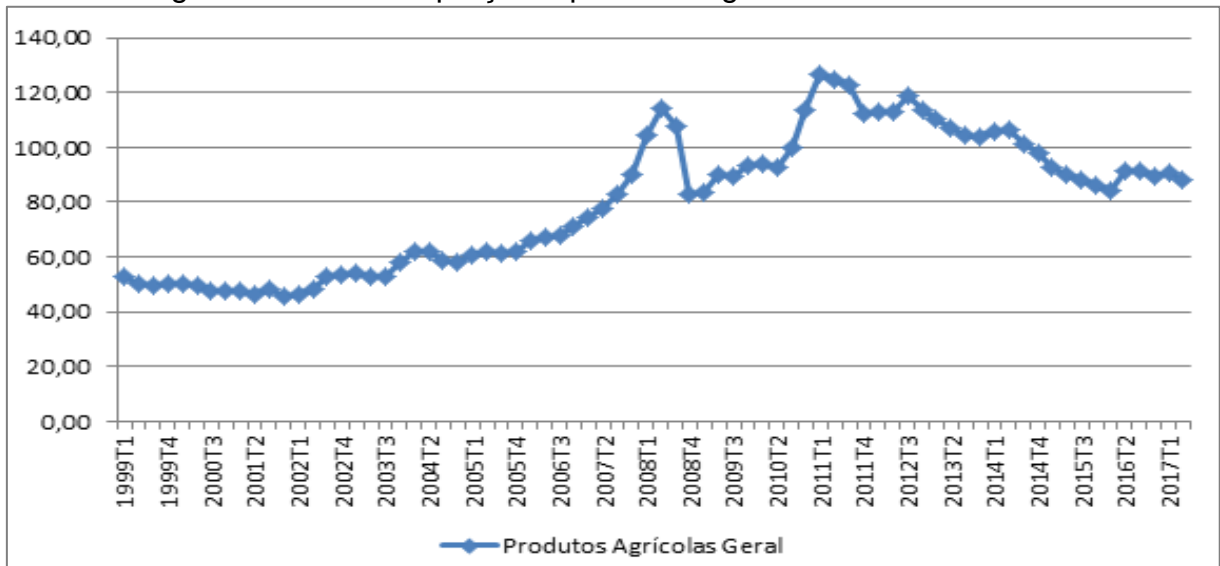


Fonte: Agrostat Brasil, a partir de dados da SECEX/MDIC – Elaboração: DAC/SRI/MAPA

Observa-se que as exportações do agronegócio apresentaram no período ilustrado no gráfico 3 um crescimento consistente, batendo seu recorde em 2013 de aproximadamente US\$ 100 bilhões. Em 2006 os valores eram de aproximadamente US\$ 50 bilhões. Entre 2006 e 2013 os valores duplicaram, tendo um crescimento de

100% no período. A evolução das exportações do agronegócio no período apresentado demonstra um avanço significativo em valores, contribuindo consideravelmente para o desempenho positivo das exportações agrícolas brasileiras nos últimos anos. A Figura 4 mostra o índice de preços agrícolas no período de 1999 a 2017.

Figura 4 – Índice de preço de produtos agrícolas de 1999 a 2017.



Fonte: World Data Bank.

Diante do exposto na Figura 4, observa-se que o preço das *commodities* agrícolas apresentou uma expansão considerável, praticamente dobrando o valor ao final do período ilustrado no gráfico. No subperíodo entre 1999 a 2008 o índice de preço mais que duplicou, passou de 53,09 para 113,99 em 2008. Em 2008-2009 teve uma queda, recuperando-se a partir de 2010. De 2010 a 2017 o preço oscilou, mas sempre acima da casa do 80,00.

A Figura 4 mostra, também, que têm ocorridos aumentos de preços expressivos para *commodities* agrícolas. Conforme Brandão e Alves (2007), o fenômeno se deve ao crescimento da economia mundial nos últimos anos, que impulsionou a demanda por todas as *commodities*. Por outro lado, fatores específicos afetaram o comportamento dos preços agrícolas, tais como: problemas climáticos que geraram quebras na safra de trigo nas principais regiões produtoras; crescente demanda mundial por bioenergia; disponibilidade relativamente pequena de terras para expansão da agricultura no mundo; número crescente de restrições de natureza ambiental para que o solo seja usado na produção agrícola. Fatores como estes afetam diretamente o índice de preços.

A agricultura teve uma participação decisiva no desempenho das exportações agrícolas brasileiras. A Tabela 1 mostra o crescimento linear destas exportações no período de 1997 até 2017.

Tabela 1 – Crescimento linear das exportações agrícolas no período de 1997 a 2017.

Ano	Exportações		
	Total Brasil (A)	Agronegócio (B)	Part.%(B/A)
1997	52,98	23,37	44,1
1998	51,14	21,56	42,1
1999	48,01	20,50	42,7
2000	55,12	20,60	37,4
2001	58,29	23,87	40,9
2002	60,44	24,85	41,1
2003	73,20	30,65	41,9
2004	96,68	39,04	40,4
2005	118,53	43,62	36,8
2006	137,81	49,47	35,9
2007	160,65	58,43	36,4
2008	197,94	71,84	36,3
2009	152,99	64,79	42,3
2010	201,92	76,44	37,9
2011	256,04	94,97	37,1
2012	242,58	95,81	39,5
2013	242,03	99,97	41,3
2014	225,10	96,75	43,0
2015	191,13	88,22	46,2
2016	185,24	84,93	45,9
2017	217,74	96,01	44,1

Fonte: Agrostat Brasil a partir de dados da SECEX/MDIC – Elaboração: DAC / SRI / MAPA.

Observa-se que o agronegócio, no período de 1997 até 2017, teve um crescimento substancial, apresentando um crescimento acumulado de mais de 150% no período. Observa-se que entre 2001 e 2011 o setor cresceu a uma taxa média de 15%. Esta dinâmica teve repercussão na estrutura econômica brasileira que se refletiu na participação do setor no desempenho das exportações agrícolas brasileiras que em 2015 chegou a representar quase metade das exportações brasileiras.

A Tabela 2 por sua vez mostra a participação do agronegócio no Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil em (%), no período de 1996 a 2018.

Tabela 2 – Participação do agronegócio no PIB do Brasil em (%) – 1996 a 2018.

Ano	Agronegócio				Agronegócio Total (A+B+C+D)
	(A) Insumos	(B) Agropecuária	(C) Indústria	(D) Serviços	
1996	0,7%	4,6%	11,8%	14,8%	31,9%
1997	0,7%	4,4%	10,7%	13,4%	29,2%
1998	0,7%	4,4%	10,1%	12,7%	27,9%
1999	0,8%	4,5%	9,9%	12,6%	27,8%
2000	0,9%	4,4%	10,4%	13,2%	28,9%
2001	0,9%	5,0%	10,1%	13,1%	29,0%
2002	1,1%	5,7%	9,9%	12,8%	29,5%
2003	1,3%	6,6%	9,7%	12,8%	30,4%
2004	1,4%	5,7%	8,9%	11,3%	27,4%
2005	1,1%	4,5%	8,4%	10,2%	24,2%
2006	0,9%	4,8%	7,9%	9,6%	23,3%
2007	1,0%	4,9%	7,4%	9,5%	22,7%
2008	1,2%	5,1%	7,1%	9,4%	22,8%
2009	1,0%	4,3%	7,1%	9,2%	21,5%
2010	0,9%	4,9%	6,8%	9,1%	21,6%
2011	1,0%	5,4%	6,2%	8,5%	21,0%
2012	1,0%	4,7%	5,9%	7,8%	19,4%
2013	1,0%	4,8%	5,7%	7,7%	19,2%
2014	0,9%	4,7%	5,7%	7,8%	19,1%
2015	1,0%	4,9%	6,1%	8,6%	20,5%
2016	1,0%	5,7%	6,6%	9,5%	22,8%
2017	0,9%	5,2%	6,3%	8,9%	21,4%
2018	1,0%	5,1%	6,3%	8,7%	21,1%

Fonte: Cepea/CNA

Na tabela 2 torna-se possível verificar a participação de cada um dos setores que compõem a participação do agronegócio no PIB brasileiro. Sendo assim, considerando o período de 1997 a 2018, a participação média é de 24%, destacando-se o setor de serviços, com uma média de 10,5%, acompanhado pelo setor da indústria com média de 8%. Durante este período, a participação do setor de serviços sempre foi superior em relação aos outros setores, bem como o setor da indústria, que foi maior do que o setor da agropecuária e o setor de insumos (CONTINI, 2001).

Conforme Contini (2001, p. 04):

A importância do agronegócio reside também em sua capacidade de impulsionar outros setores. Quando a produção agrícola movimentar os setores que estão antes da fazenda, como máquinas, adubos, defensivos, chamamos a isto de efeitos para trás; quando a agricultura impulsiona os setores produtivos que se situam depois da porteira da fazenda, como a agroindústria, o transporte e a comercialização das safras, estes são efeitos para a frente.

No contexto social, o agronegócio é o setor que ocupa mais mão-de-obra em relação ao valor de produção: para cada R\$ 1 milhão, o número de ocupados, em 1995, era de 182 para a agropecuária, 25 para a extração mineral, 38 para a construção civil (CONTINI, 2001).

A Tabela 3 mostra a participação do ramo agrícola e do ramo pecuário no agronegócio brasileiro em (%) no período de 1996 a 2018.

Tabela 3 – Participação do ramo agrícola e do ramo pecuário no agronegócio brasileiro em (%) no período de 1996 a 2018.

Ano	Ramo Agrícola				Ramo Pecuário					
	(A) Insumos	(B) Agrope- cuária	(C) Indústria	(D) Serviços	Ramo Agrícola (A+B+C+ D)	(A) Insumos	(B) Agrope- cuária	(C) Indústria	(D) Serviços	Ramo Pecuário (A+B+C+ D)
1996	0,5%	3,6%	9,4%	10,4%	23,9%	0,2%	1,0%	2,3%	4,4%	7,9%
1997	0,5%	3,4%	8,6%	9,3%	21,9%	0,2%	1,0%	2,1%	4,0%	7,3%
1998	0,5%	3,5%	8,1%	9,0%	21,1%	0,2%	1,0%	1,9%	3,7%	6,7%
1999	0,5%	3,5%	8,1%	9,1%	21,3%	0,2%	1,0%	1,8%	3,4%	6,5%
2000	0,6%	3,1%	8,7%	9,7%	22,1%	0,2%	1,3%	1,8%	3,4%	6,8%
2001	0,6%	3,5%	8,2%	9,4%	21,8%	0,2%	1,5%	1,9%	3,7%	7,3%
2002	0,8%	4,3%	8,2%	9,6%	22,9%	0,3%	1,4%	1,7%	3,2%	6,7%
2003	0,9%	5,0%	8,2%	9,9%	23,9%	0,4%	1,6%	1,6%	2,9%	6,5%
2004	1,0%	4,0%	7,5%	8,7%	21,2%	0,4%	1,7%	1,4%	2,6%	6,1%
2005	0,7%	3,2%	7,0%	7,7%	18,6%	0,4%	1,3%	1,4%	2,5%	5,6%
2006	0,6%	3,8%	6,7%	7,6%	18,8%	0,3%	1,0%	1,2%	2,0%	4,5%
2007	0,7%	3,8%	5,9%	6,8%	17,1%	0,3%	1,1%	1,5%	2,7%	5,6%
2008	0,9%	3,5%	5,6%	6,5%	16,5%	0,3%	1,6%	1,5%	2,9%	6,3%
2009	0,7%	2,9%	5,7%	6,4%	15,7%	0,3%	1,4%	1,4%	2,8%	5,9%
2010	0,6%	3,4%	5,4%	6,3%	15,7%	0,3%	1,5%	1,4%	2,8%	5,9%
2011	0,6%	4,0%	5,0%	6,1%	15,7%	0,3%	1,4%	1,2%	2,4%	5,3%
2012	0,7%	3,5%	4,8%	5,8%	14,8%	0,3%	1,2%	1,1%	2,1%	4,6%
2013	0,7%	3,2%	4,6%	5,4%	13,8%	0,3%	1,6%	1,2%	2,3%	5,3%
2014	0,6%	2,9%	4,4%	5,1%	13,1%	0,3%	1,8%	1,2%	2,6%	5,9%
2015	0,6%	3,1%	4,7%	5,6%	14,0%	0,3%	1,8%	1,4%	3,0%	6,5%
2016	0,6%	3,8%	5,2%	6,4%	16,0%	0,4%	1,9%	1,4%	3,1%	6,8%
2017	0,6%	3,6%	4,9%	5,9%	15,0%	0,3%	1,7%	1,4%	3,0%	6,3%
2018	0,7%	3,6%	5,1%	6,2%	15,5%	0,3%	1,5%	1,2%	2,5%	5,6%

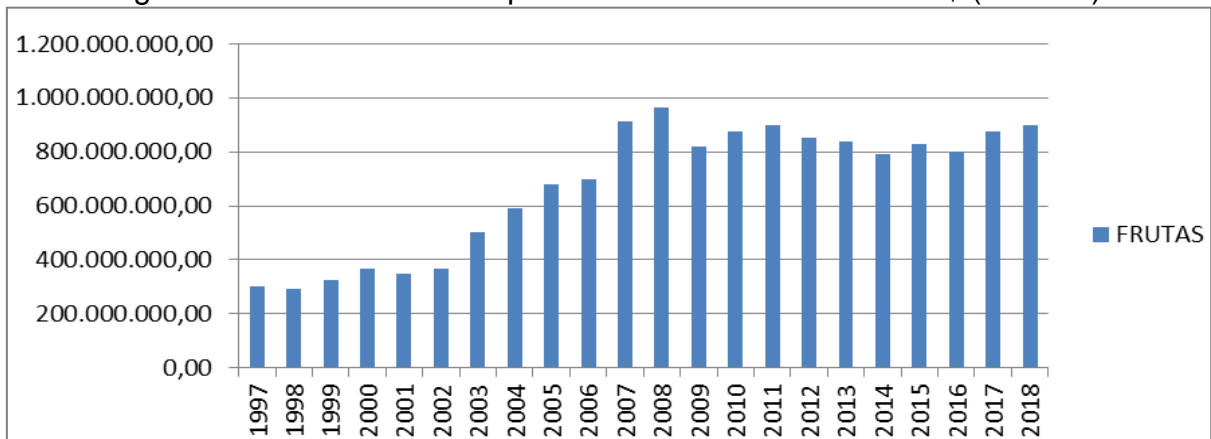
Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), 2018.

Observa-se que a participação do ramo agrícola no agronegócio é superior e predominante quando se compara com o ramo pecuário. Ao longo desse período, a participação do ramo agrícola foi três vezes mais do que o ramo pecuário, em média, a participação do ramo agrícola foi de 18%, enquanto o do ramo pecuário foi de 6%.

2 CAPÍTULO 2 – A CONTRIBUIÇÃO DA FRUTICULTURA NO DESEMPENHO DAS EXPORTAÇÕES AGRÍCOLAS BRASILEIRAS

Como já foi retratado no capítulo anterior, a agricultura e o agronegócio têm uma participação relevante para o desempenho do PIB brasileiro, apresentando uma participação média de 24%. Sendo que a participação do ramo agrícola (vegetal) é predominante no agronegócio, tendo uma participação média de 18% nos últimos 20 anos. No ramo agrícola, a fruticultura é um dos segmentos mais importantes dentro da agricultura. A Figura 5 mostra a evolução de frutas brasileiras exportadas no período de 1997 a 2018.

Figura 5 – Total de frutas exportadas de 1997 a 2018 – US\$ (milhões).



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do MDIC (2019).

A Figura 5 ilustra um crescimento substancial entre os anos de 1997 a 2007, em que o valor de 2007 de aproximadamente US\$ 915 milhões triplicou em relação ao ano de 1997. O ano de 2008 bateu o recorde em valor exportado, atingindo quase US\$ 1 bilhão. Nota-se que a partir de 2008, após atingir o maior valor em exportações no período de 1997-2018, a trajetória apresentou uma moderada oscilação, porém permanecendo no patamar acima de 800 milhões de dólares.

O Brasil, como mencionado anteriormente, destaca-se como o terceiro maior produtor mundial de frutas, perdendo apenas para China e Índia. O significativo consumo interno, absorvendo a maior parte da safra, faz com que o país ocupe a 15ª posição no ranking dos maiores exportadores. Do total produzido, 47% é consumido *in natura* e 53% destina-se para o processamento. Deste volume, a maior parte é transformada em suco concentrado e congelado de laranja, produto no qual o Brasil liderava a produção e a exportação. Dos 47% destinados ao consumo

in natura, apenas 2% eram direcionados para exportação. Já dos 53% que seguiam para as agroindústrias, 29% eram vendidos ao mercado externo (ANUÁRIO, 2008).

O Brasil é reconhecido no mercado internacional como uma referência no setor da fruticultura. Em grande medida este destaque se deve ao desenvolvimento de uma produção baseada nos *clusters*, que se trata de um aglomerado de empresas que buscam adotar práticas comuns entre si, com o objetivo de incentivar a competitividade no mercado. Assim, uma empresa consegue se tornar competitiva dentro de um mercado quando a mesma estabelece produtos de potencial econômico, oferece concorrência à altura, negociação justa com os clientes e fornecedores e um rol de produtos disponíveis para escolha. Para se desenvolver essas habilidades de forma efetiva, é necessário que haja a consolidação de *clusters* no mercado (BARBOSA, 2006).

De acordo com Barbosa (2006), a implantação e o desenvolvimento de diversos polos de agricultura (*clusters*), dentre eles o cultivo de frutíferas nos polos de agricultura irrigada do Nordeste, foi um dos fatores que colaborou para a concretização do posicionamento de destaque ocupado pelo Brasil no cenário mundial de produção de frutas e contribuiu para firmar o destacado papel.

As vantagens comparativas da região são muitas e contribuíram significativamente para o desempenho elevado na produção e exportação de frutas. No entanto, este desempenho só se tornou real devido à exploração dessas vantagens através da formação de *clusters*. Com a competitividade imperando na região, surgiu a possibilidade da exploração das forças competitivas intrínsecas à região e da criação de novas forças que, para se desenvolverem necessitam de ações compartilhadas com objetivos convergentes entre os atores da cadeia. Podemos dizer que o alcance desta competitividade está relacionado à busca por novas formas de organização industrial (BARBOSA, 2006).

No entendimento de Porter (2008), *cluster* é definido como um grupo de empresas localizadas geograficamente próximas, que interagem em uma área particular e são vinculadas por semelhanças e complementaridades; ou seja, pode ser considerado como uma rede de empresas e uma forma de aliança. Neste contexto, segundo o autor, a competitividade de uma região necessita que seja verificada a situação da empresa relacionada a cinco forças competitivas que interferem diretamente na determinação das regras competitivas do setor, são elas: (1) os potenciais entrantes no mercado; (2) a rivalidade com relação aos concorrentes

existentes; (3) o poder de barganha do consumidor; (4) o poder de barganha do fornecedor; e (5) a existência de produtos substitutos. O autor acrescenta ainda que para que tais forças estruturais sejam enfrentadas, as vantagens das empresas no seu ambiente são mais bem desenvolvidas quando existem *clusters*.

A fruticultura trata-se de uma atividade com expressiva capacidade de geração de emprego e renda, e por esta razão apresenta significativa relevância social, especialmente nas em regiões mais pobres, que não dispõem de muitas alternativas para incentivar a economia local. A fruticultura consiste em uma atividade intensiva em mão-de-obra e origina oportunidades de trabalho na razão de 2 a 5 trabalhadores para cada hectare cultivado nos diferentes elos da cadeia produtiva. O volume de investimentos indispensável para estimular a produção de frutas é em geral consideravelmente menor do que outros segmentos dinâmicos do agronegócio, tornando este setor atraente como objeto de política pública direcionada à promoção do desenvolvimento local sustentável, bem como para o setor privado (BUAINAIN; BATALHA, 2007).

A Tabela 4 traz algumas das principais frutas brasileiras exportadas no período de 1997 a 2018.

Tabela 4 – Algumas frutas brasileiras exportadas no período de 1997 a 2018.

Frutas / ano	Melões	Goiabas e mangas	Uvas frescas	Mamões (papaia) frescos	Maçãs frescas	Bananas frescas ou secas
1997	20.904.092	20.181.798	4.755.957	7.266.472	11.242.283	8.382.281
1998	28.319.247	32.517.407	5.823.331	9.449.870	5.667.095	11.620.656
1999	28.733.371	31.960.921	8.602.526	13.576.830	30.153.133	12.484.684
2000	25.000.370	35.639.141	14.591.697	17.683.341	30.756.877	12.359.117
2001	39.296.988	50.713.624	21.556.553	18.498.039	18.139.026	16.020.419
2002	37.778.013	50.855.488	33.748.576	21.617.359	31.403.186	33.472.748
2003	58.308.324	75.729.540	59.923.732	29.205.499	37.833.680	30.009.962
2004	63.243.289	64.262.071	52.755.494	26.536.121	72.415.306	26.979.203
2005	91.443.793	74.198.920	106.222.380	31.255.422	45.765.991	33.063.387
2006	88.241.589	87.403.357	118.512.820	30.327.395	31.903.110	38.555.321
2007	128.213.642	90.090.275	169.696.455	34.356.748	68.602.111	44.291.355
2008	152.132.031	119.114.966	171.426.604	38.607.978	80.737.062	35.657.717
2009	122.051.874	97.654.526	110.574.457	34.442.023	56.252.896	39.373.270
2010	121.953.462	120.235.517	136.347.978	35.102.770	55.350.878	45.398.163
2011	128.223.977	140.842.470	135.755.138	38.862.662	36.059.461	39.247.836
2012	134.002.206	137.835.503	121.890.881	36.358.922	48.559.269	35.404.700
2013	147.579.929	147.912.948	102.994.687	41.769.727	62.941.935	35.575.841
2014	151.417.656	164.211.031	66.765.499	47.055.500	31.902.813	31.750.237
2015	154.269.849	184.899.291	72.306.951	43.672.748	40.646.356	24.909.642
2016	148.741.509	180.331.495	65.255.129	43.069.411	18.152.666	21.036.459
2017	162.916.224	205.455.680	96.207.298	41.350.008	41.883.834	11.635.291
2018	136.051.315	177.708.761	88.066.787	50.120.081	52.471;257	20.497.188
Total	2.168.822.750	2.289.754.730	1.763.780.930	690.211.926	908.840.225	607.725.477

Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), 2018.

A Tabela 4 traz algumas das principais frutas exportadas pelo Brasil. Observa-se que melão, goiabas e mangas e uvas frescas tiveram uma evolução crescente quando observamos o período analisado. O melão tem o destaque como a fruta mais exportada durante esses 22 anos, que em 2017 teve sua maior participação na pauta das exportações, ao longo desse período o melão teve um crescimento substancial. Em segundo lugar, a fruta que teve maior participação na pauta exportadora foi a uva que teve, por sua vez, a maior participação nos anos de 2007/2008. As goiabas e mangas tiveram uma participação decisiva e um crescimento considerável ao longo desse período, em 2017 teve sua maior participação na pauta das exportações.

Na década de 2000, as principais frutas brasileiras exportadas tomaram um novo impulso, principalmente no final da década, atingindo um patamar expressivo. O uso de tecnologia, projetos de irrigação e um aumento na demanda internacional, favoreceram diretamente ao aumento de produção frutífera no Brasil. Além disso, as vendas de melão, maçãs, uvas e mangas se consolidaram no mercado internacional. Observa-se que o melão, a manga, a goiaba e a uva tiveram um aumento substancial nesse período exportado.

O aumento expressivo na produção de frutas está diretamente ligado às condições favoráveis existentes no Brasil, como o clima, a qualidade do solo, a grande extensão territorial, a disponibilidade de terras sustentada pelos investimentos públicos e privados, incremento de tecnologia etc. Por outro lado, o desempenho positivo das frutas brasileiras está diretamente ligado, também, ao aumento da demanda internacional.

A inserção no mercado internacional pode ser demorada, oneroso e exigir decisões e ações tanto do setor público como do setor privado. Incide em assumir os custos de adaptação relacionados às exigências fitossanitárias e de segurança dos alimentos vigentes na maior parte dos países desenvolvidos; superar os encargos tarifários; conquistar a escala de produção e comercialização e, além da credibilidade dos clientes. Os instrumentos de regulação de importação de frutas reconhecidos pela Organização Mundial do Comércio (OMC) consistem basicamente de tarifas aduaneiras (barreiras tarifárias) e de exigências fitossanitárias (barreiras não-tarifárias) (BUAINAIN; BATALHA, 2007).

Os desafios relacionados ao crescimento do comércio internacional estão direcionados à qualidade – intrínseca e percebida – dos produtos, como o peso, o

sabor e aparência e aos aspectos de segurança, incluindo as enfermidades e a origem do produto, sujeitos constantemente a sofisticados testes de laboratório. Tomando-se por base estes critérios, foi proposta uma padronização internacional de normas e medidas sanitárias e fitossanitárias, não apenas para frutas, mas para todos os produtos frescos e perecíveis (BUAINAIN; BATALHA, 2007).

Buainain e Batalha (2007) apontam ainda que, mesmo diante das dificuldades, o Brasil conseguiu se inserir no mercado internacional e em 2005 ocupou posições de destaque no ranking de exportação de algumas das frutas mais comercializadas no mundo: mamão (2º lugar entre os maiores exportadores), manga (2º lugar), melão (3º lugar), valendo destacar o crescimento das exportações de maçã, embora o país tenha ocupado um lugar modesto no ranking mundial dos exportadores, ou seja, o 13º lugar.

A Tabela 5 registra a participação das principais frutas brasileiras na exportação geral no período de 1997-2018.

Tabela 5 – Participação das principais frutas brasileiras na exportação geral: 1997a 2018 (%).

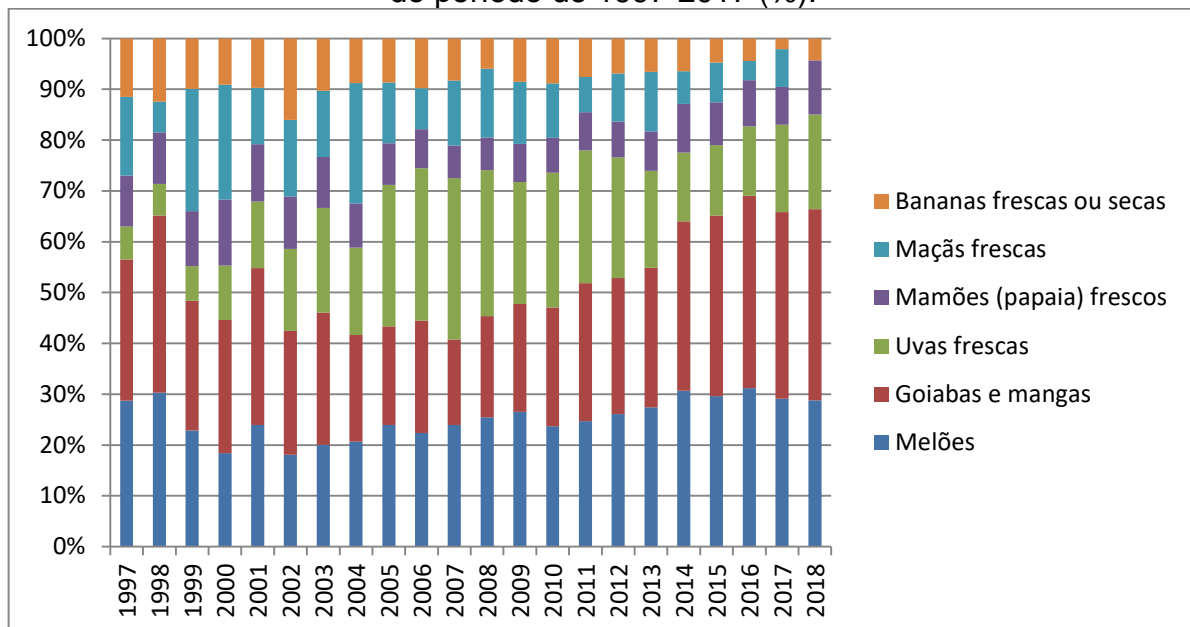
Frutas/Ano	Melões	Goiabas e mangas	Uvas frescas	Mamões (papaia) frescos	Maçãs frescas	Bananas frescas ou secas
1997	0,039	0,038	0,009	0,014	0,021	0,016
1998	0,055	0,064	0,011	0,019	0,011	0,023
1999	0,060	0,067	0,018	0,028	0,063	0,026
2000	0,045	0,065	0,027	0,032	0,056	0,022
2001	0,068	0,087	0,037	0,032	0,031	0,028
2002	0,063	0,084	0,056	0,036	0,052	0,056
2003	0,080	0,104	0,082	0,040	0,052	0,041
2004	0,066	0,067	0,055	0,028	0,075	0,028
2005	0,077	0,063	0,089	0,026	0,039	0,028
2006	0,064	0,063	0,086	0,022	0,023	0,028
2007	0,080	0,056	0,106	0,021	0,043	0,028
2008	0,077	0,060	0,087	0,020	0,041	0,018
2009	0,080	0,064	0,072	0,023	0,037	0,026
2010	0,060	0,060	0,068	0,017	0,027	0,022
2011	0,050	0,055	0,053	0,015	0,014	0,015
2012	0,055	0,057	0,050	0,015	0,020	0,015
2013	0,061	0,061	0,043	0,017	0,026	0,015
2014	0,067	0,073	0,030	0,021	0,014	0,014
2015	0,081	0,097	0,038	0,023	0,021	0,013
2016	0,080	0,097	0,035	0,023	0,010	0,011
2017	0,075	0,094	0,044	0,019	0,019	0,005
2018	0,057	0,074	0,037	0,021	0,022	0,009
Media (%)	0,0655	0,0704	0,0515	0,0233	0,0326	0,0221

Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), 2018.

Em média, o Brasil exporta 0,26% das frutas produzidas; com destaque para o melão, a goiaba, a manga e a uva, que se somando as suas participações, tem-se, em média, 0,18% das frutas exportadas. O mercado internacional de frutas é um mercado em expansão, grande parte dessas frutas exportadas é absorvida por países de renda per capita elevada, como os Estados Unidos, e a Comunidade Europeia, Holanda, Reino Unido etc. Estes países são responsáveis por absorver 86% de toda fruta tropical exportada.

A Figura 6 mostra a participação nas exportações e a evolução anual de cada fruta ao longo desse período (1997-2017) em porcentagem.

Figura 6 – Participação nas exportações e a evolução anual de cada fruta ao longo do período de 1997-2017 (%).



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), 2018. *Exceto laranja.

Como já foram citadas anteriormente, as três principais frutas exportadas pelo Brasil são melões, uvas e goiabas. Observa-se que essas 3 frutas participam em média 75% na pauta das exportações. Com destaque para o melão, que sozinho tem uma participação crucial. A uva teve um auge nas exportações no período de 2005 a 2013 que se encolheu até 2017, por sua vez goiabas e mangas tiveram um grande crescimento nas exportações a partir de 2008 e se manteve forte até 2017.

Conforme Buainain e Batalha (2007), o Brasil se destaca no mercado internacional, passando a ocupar uma boa posição no *ranking* de exportação de algumas das mais comercializadas frutas, como o mamão, a manga, o melão e a

uva, ressaltando-se, também, a evolução das exportações de maçã, que é considerada uma fruta de clima temperado.

Sobre as exportações brasileiras relacionadas às frutas, a banana teve como principais países destinos: Uruguai (24%), Reino Unido (18%), Itália (13%), Países Baixos (13%), Argentina (12,8%) e Alemanha (10%). A manga, fugindo do padrão dos demais países produtores, revelou um bom perfil exportador, destinando-se especialmente para a Holanda (42,8%), os EUA (19,9%), Portugal (10,6%) e Reino Unido (8,9%). Com relação à uva, os dados do MDIC (2008) apontavam uma elevação do patamar dos volumes em torno de 30,5%, aumentando de 62 mil toneladas, em 2006, para 81 mil toneladas, em 2008. A Holanda era o principal país importador, com uma participação de mais de 50%, seguida pelos Estados Unidos (23,4%) e Reino Unido (18,6%), perfazendo 92% das exportações de uvas em 2008. O melão se destinou principalmente para a Holanda (34,5%), Estados Unidos (33,2%), Reino Unido (20,2%), países que eram considerados os maiores mercados brasileiros, responsáveis por quase 90% do valor das exportações. Neste contexto, a Holanda tornou-se crescentemente o principal país de destino, com um incremento 74% do valor das exportações (FUNCKE *et al*, 2009).

De acordo com Funcke *et al* (2009), pela sua variedade de frutas o Brasil se mostrou como uma das principais janelas de exportação da fruticultura mundial, o que implicou no desenvolvimento de tecnologias que permitissem a produção de frutas em climas diferenciados e em épocas antes não recomendadas devido aos regimes de chuva. Neste contexto, as principais janelas de exportação brasileira estão demonstradas no Quadro 01.

Quadro 01 – Principais janelas de exportação brasileira.

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Melão	X	X							X	X	X	X
Manga									X	X	X	X
Uva										X	X	X

FONTE: Funcke *et al* (2009, p. 47)

Continuando, Funcke *et al* (2009) comenta que a expansão da fruticultura brasileira passou pela questão da ampliação da oferta de produtos ao longo de todo o ano, provocando a necessidade de ter produtos que possam competir diretamente com os demais países exportadores.

CAPÍTULO 3: A CONTRIBUIÇÃO DO MELÃO NA FRUTICULTURA E O DESEMPENHO DAS EXPORTAÇÕES AGRÍCOLAS DO RIO GRANDE DO NORTE

Conforme mencionado anteriormente neste trabalho, o melão é uma das principais frutas na qual o Brasil tem destaque no comércio internacional. No ano de 2005 foi a segunda fruta fresca mais exportada pelo Brasil, em valor de exportação, sendo superado somente pela uva. Tal desempenho lança o Brasil como um dos três maiores *players* no cenário internacional. Devido ao crescimento do volume de melões exportados, cerca de 78% entre 2001 e 2003, o Brasil tornou-se o terceiro maior fornecedor desta fruta para o mundo. No ano de 2003, o país vendeu US\$ 85,9 milhões, ultrapassando a Guatemala, com US\$ 74,5 milhões. De acordo com Faostat (2015), o Brasil é um dos cinco maiores exportadores de melão do mundo, tendo a Holanda e o Reino como os dois maiores importadores do melão brasileiro, perfazendo uma média de 89% do melão brasileiro em 2005.

A Tabela 06 traz a participação do melão na exportação geral de frutas.

Tabela 06 – Participação do melão na exportação geral de frutas: 1997 a 2017.

Ano	Melões exportados	Total de frutas exportadas	Participação do melão/frutas (%)
1997	20.904.092,00	300.852.064,00	6,95
1998	28.319.247,00	292.735.707,00	9,67
1999	28.733.371,00	323.818.936,00	8,87
2000	25.000.370,00	368.926.800,00	6,78
2001	39.296.988,00	346.171.249,00	11,35
2002	37.778.013,00	368.997.406,00	10,24
2003	58.308.324,00	504.064.411,00	11,57
2004	63.243.289,00	591.763.415,00	10,69
2005	91.443.793,00	680.622.426,00	13,44
2006	88.241.589,00	699.686.421,00	12,61
2007	128.213.642,00	915.027.690,00	14,01
2008	152.132.031,00	965.257.503,00	15,76
2009	122.051.874,00	821.019.603,00	14,87
2010	121.953.462,00	874.791.902,00	13,94
2011	128.223.977,00	898.068.309,00	14,28
2012	134.002.206,00	854.195.545,00	15,69
2013	147.579.929,00	836.829.146,00	17,64
2014	151.417.656,00	790.831.876,00	19,15
2015	154.269.849,00	827.039.607,00	18,65
2016	148.741.509,00	800.725.799,00	18,58
2017	162.916.224,00	875.761.332,00	18,60

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do MDIC (2019)

Observa-se que há uma ascensão do melão exportado nesse período de 20 anos. Houve um aumento de 780% do melão exportado em 2017 quando comparado com o ano de 1997. Esse aumento está relacionado à capacidade produtiva com incremento de tecnologia, e, também, com a demanda internacional. O melão tem uma participação substancial nas exportações de frutas no geral, em média de 13% nesse período de 20 anos.

A região Nordeste é a principal produtora de melão, contribuindo com mais de 90% da produção nacional. A expansão da cultura na região se deve à atuação de grandes empresas, que destinam boa parte da sua produção para exportação. As condições climáticas favorecem o Nordeste, assim como o sistema de irrigação que contribui para o desempenho da produção dessa fruta, onde os frutos têm melhor sabor e maior teor de açúcares.

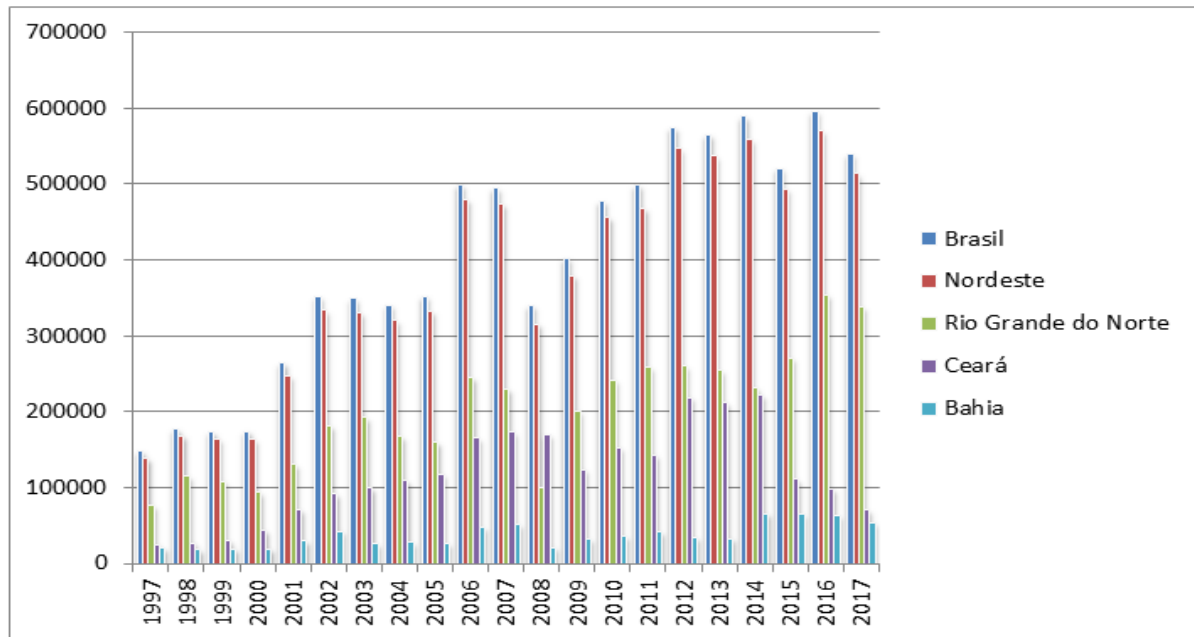
De acordo com Cunha (2009), a fruticultura trata-se de atividade econômica que mais tem crescido na região Nordeste do Brasil. Um dos principais impulsionadores deste crescimento é a inovação tecnológica da irrigação, que viabilizou o cultivo das plantações frutíferas em um padrão de qualidade que garante sua comercialização tanto no mercado interno quanto no mercado externo.

Dentre os estados nordestinos, os que mais se destacam na fruticultura são: Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Norte e Ceará, onde as frutas mais produzidas são: laranja, mamão, banana, coco, uva, melancia, melão e manga. As frutas mais produzidas no Brasil são a uva, a manga e o melão. Este último tem a região Nordeste como responsável por 90% de sua produção. Dentre as três frutas mais exportadas pelo Brasil (melão, manga e uva), 90% estão sendo produzidas pelo Nordeste (CARVALHO; MIRANDA, 2009).

Nesse contexto, de acordo com Oliveira (2011), diante da competitividade que dominava essa região, o Arranjo Produtivo Local (APL) mostrou uma vantagem em termos de localização, ou seja, o fato da região de Mossoró ser decisiva para a produção de melão, contribuindo para que a cultura desta fruta se inserisse de maneira mais competitiva no mercado internacional, caracterizando esta região como um *cluster*.

A Figura 7 mostra a evolução da produção do melão em toneladas no Brasil, destacando a principal região produtora: Nordeste, e os três principais estados que produzem esta fruta, com destaque para o Rio Grande do Norte que é o maior estado produtor de melão do Brasil.

Figura 7 – Evolução da produção do melão em toneladas no Brasil (1997-2017)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do COMEXSTAT (2019).

Observa-se que a quantidade produzida de melão no Brasil ao longo do período analisado apresentou um crescimento substancial, com destaque para a região Nordeste, que obtém 95% em média da produção. No âmbito da participação dos estados por região, o Rio Grande do Norte é o maior produtor, com 55% em média de todo o melão produzido na região. Na sequência têm-se os estados do Ceará e Bahia.

O Rio Grande do Norte tem no melão um símbolo de sua transformação produtiva. Até 1970 o Rio Grande do Norte possuía uma estrutura agrária concentrada em algodão arbóreo e herbáceo e plantações de cana-de-açúcar. A partir de 1990 com a abertura comercial, o estado entra numa nova era assim como o Brasil, caracterizado pela mudança na estrutura produtiva e organizacional. A busca por vantagens competitivas, fez com que as empresas potiguares que atuavam no mercado internacional buscassem se diversificar, inovar e interagir no novo ambiente.

Referindo-se aos mercados internacionais, os negócios agrícolas foram obrigados a passar por uma severa reestruturação produtiva, com o objetivo de atender às rígidas exigências dos mercados externos. Estas alterações fizeram com que estes se tornassem muito mais eficazes e competitivos, descartando muitas das suas características tradicionais (OLIVEIRA, 2011).

A partir dessa reestruturação tornou-se necessário buscar novas alternativas direcionadas à competitividade, e o Rio Grande do Norte, compondo esse cenário, acabou saindo de uma estrutura secular comandada pelo binômio Gado/Algodão, para uma em que a produção de frutas irrigadas, juntamente a outras atividades, passou a comandar sua pauta de exportação (OLIVEIRA, 2011).

Em conformidade com Nunes e Schneider (2008), o Rio Grande do Norte passou por um processo de modernização da agricultura que alterou a dinâmica produtiva do setor. A produção agropecuária antes deste processo era marcada pela baixa intensidade tecnológica. Entretanto, esta situação deu início a sua transformação nos anos 1970 quando foram desenvolvidos projetos de fruticultura irrigada e introduzidos pacotes tecnológicos. E tal com aponta Silva (1982), houve uma modernização conservadora.

O modelo de modernização alcançou resultado positivo a partir da combinação de tecnologias modernas, acesso aos mercados e o esforço do Estado de atrair empresas, garantindo a água (poços profundos na região de Mossoró e do rio Piranhas-Açu no Vale do Açu), a infraestrutura (canais de irrigação, eletricidade e a Barragem Armando Ribeiro Gonçalves em 1983) e o crédito (fundos especiais obtidos através das políticas regionais direcionadas pelo Estado), ou seja, oferecia a segurança dos elementos essenciais. Estes incentivos de modernização realizados pelo Estado nos anos de 1970 e 1980 foram voltados, especialmente, para o Vale Açu e Mossoró, permitindo-se o surgimento do Polo Açú-Mossoró (NUNES; SCHNEIDER, 2008).

Na década de 1980 a economia brasileira foi marcada por instabilidade por ocasião da crise da dívida externa e a deterioração da situação fiscal. Esta combinação proporcionou uma mudança na política cambial, em que o cruzeiro passou a sofrer as maxidesvalorizações, na tentativa de conter o déficit no saldo de transações correntes (VASCONCELLOS *et al.*, 1999).

O novo cenário doméstico provocou impactos no setor agrícola nacional, especificamente no Nordeste. Esta inflexão atingiu os polos agrícolas da região que passaram por situações críticas com o fim dos incentivos fiscais. Além disso, devido a necessidade de diminuir o déficit nas contas externas existia um forte incentivo de promoção a exportação dos produtos agrícolas. Este processo permitiu a inserção de novos produtos agrícolas brasileiros nos mercados internacionais. Tal situação

ocorreu em grande parte por conta de uma maior abertura comercial dos países no mercado internacional (SILVA, 2001).

Esse movimento trouxe reflexos para o Estado do Rio Grande do Norte com a criação do programa de irrigação conhecido por Projeto Baixo Açu, que deu impulso à fruticultura potiguar, principalmente com a ascensão da produção do melão. Este projeto tinha como concepção a instalação de grandes grupos empresariais com capacidade de investimento (NUNES, 2009).

Após uma série de investimento e transformações na região semiárida do Rio Grande do Norte, a fruticultura irrigada baseada na produção especialmente do melão se consolidou no início dos anos 1990 como setor relevante da economia e passou a integrar o polo Açú-Mossoró, oferecendo a oportunidade de grandes empresas como a Frunorte e a Maisa, consolidarem-se no território potiguar (OLIVEIRA, 2011).

Nunes e Schneider (2008) apontam que o Polo Açú-Mossoró passou por um grande desafio nos anos 2000, em decorrência do Programa de Certificação EUREPGAP, tendo que enfrentar a abertura de comércio e a ausência de incentivos do Estado. O EUREPGAP foi um instrumento internacional de controle de qualidade que tinha por objetivo monitorar e rastrear os produtos agrícolas à distância, criado pelos varejistas europeus. As exigências de qualidade propostas pelo programa fizeram com que as empresas do polo, Maisa e Frunorte, não tivessem mais condições de continuar a produção, fazendo com elas anunciassem falência em 2002 e 2003, respectivamente.

Além disso, a mudança estrutural da forma de trabalho também contribuiu para um impacto importante no regime dessas empresas, decorrentes de uma maior fiscalização do Ministério do Trabalho sobre a legislação trabalhista aliada ao movimento sindical da região de produção de frutas, ocorrendo um processo de formalização na mão de obra utilizada, ao passo que grande parte delas se sustentavam com regime de trabalho informal e tiveram que a produção a essa nova exigência (BELIK *et al.*, 2016).

Esse novo cenário implantado nas culturas agrícolas proporcionou um significativo avanço na produtividade de melões por hectare. A produção do melão no Rio Grande do Norte, apesar das profundas transformações no ambiente, com novas regras e a saída de alguns agentes, não significou uma depressão na produção do Polo, pois ao mesmo tempo em que ocorreram as falências das duas

mais proeminentes empresas da região surgiram outras empresas que aproveitaram a herança tecnológica e o *know-how* dos negócios, como a Nolem e a Agrícola Famosa, bem como os técnicos da Maisa que criaram cooperativas para exportação, a chamada Coopyfrutas. Os novos agentes aproveitaram o conhecimento existente e agregaram novos padrões técnicos que ofereceram condições de maiores ganhos de produtividade, mesmo com a redução da área plantada (PENHA, 2016).

Em seu estudo sobre, Hespanhol (2015) constatou que o estímulo à irrigação em áreas situadas nos vales úmidos da zona semiárida nordestina tornou-se intensa a partir dos anos 70 do século XX, quando, através de recursos financeiros disponibilizados a programas especiais, como, por exemplo, o POLONORDESTE e o Projeto Sertanejo, teve-se a oportunidade de se realizar a implantação de açudes e perímetros públicos irrigados. No Estado do Rio Grande do Norte foram construídos pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), 05 açudes e igual número de perímetros públicos irrigados, sendo 04 no Vale do Rio Açu e 01 no Vale do Apodi-Mossoró.

Tabela 07 – Produção de melão do Rio Grande do Norte (toneladas).

Ano/Cidade	1997	2007	2017
Rio Grande do Norte	76517	230690	338665
Afonso Bezerra	435	2800	4000
Açu	810	1320	500
Apodi	0	0	40671
Baraúnas	3800	68510	15000
Governador Dix-Sept Rosado	1665	30	9900
Mossoró	55000	140000	199000
Tibau		450	49600
Upanema	320	2400	4500
Total Polo Açu-Mossoró	62030	215510	323171
Participação da Produção do Polo Açu-Mossoró no total produzido pelo Rio Grande do Norte	81%	93%	95%

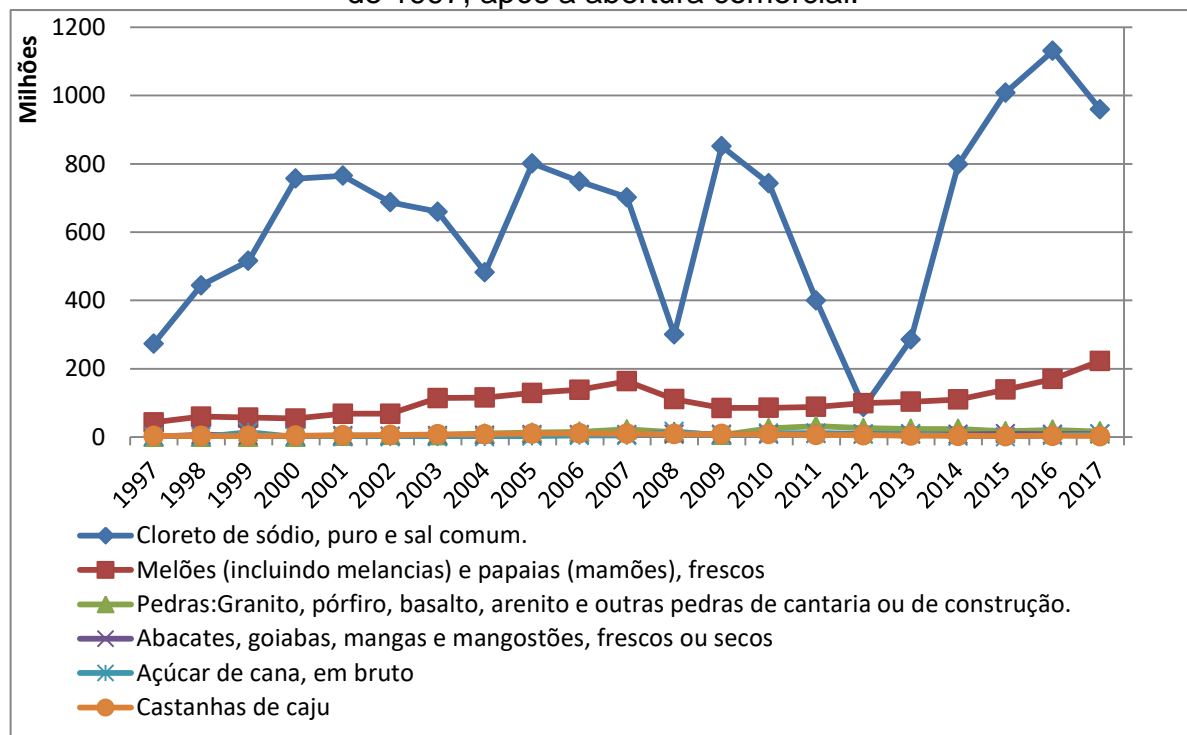
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE (2018).

Em termos de produção, o melão produzido no polo integrado Açu-Mossoró corresponde em média 90% da produção total do Rio Grande do Norte, com destaque para um crescimento de 14% ao longo desses vinte anos. Dentre os municípios que integram esse polo, a cidade de maior produção é Mossoró que corresponde em média 64% da produção do Rio Grande do Norte. Em 2017 as três principais cidades produtoras dessa fruta foram Mossoró, Apodi e Tibau que corresponderam a 85% da produção do Rio grande do Norte.

Ressaltando a produção de melão do Rio Grande do Norte, o estudo a seguir demonstra a importância desta fruta no desempenho das exportações agrícolas do Rio Grande do Norte. Comparado com outros produtos produzidos no estado, revela que o melão tem uma participação crucial e predominante.

A Figura 8 retrata, em quilogramas, alguns dos principais produtos exportados pelo Rio Grande do Norte a partir de 1997, após a abertura comercial.

Figura 8 – Principais produtos exportados (em KG) pelo Rio Grande do Norte a partir de 1997, após a abertura comercial.

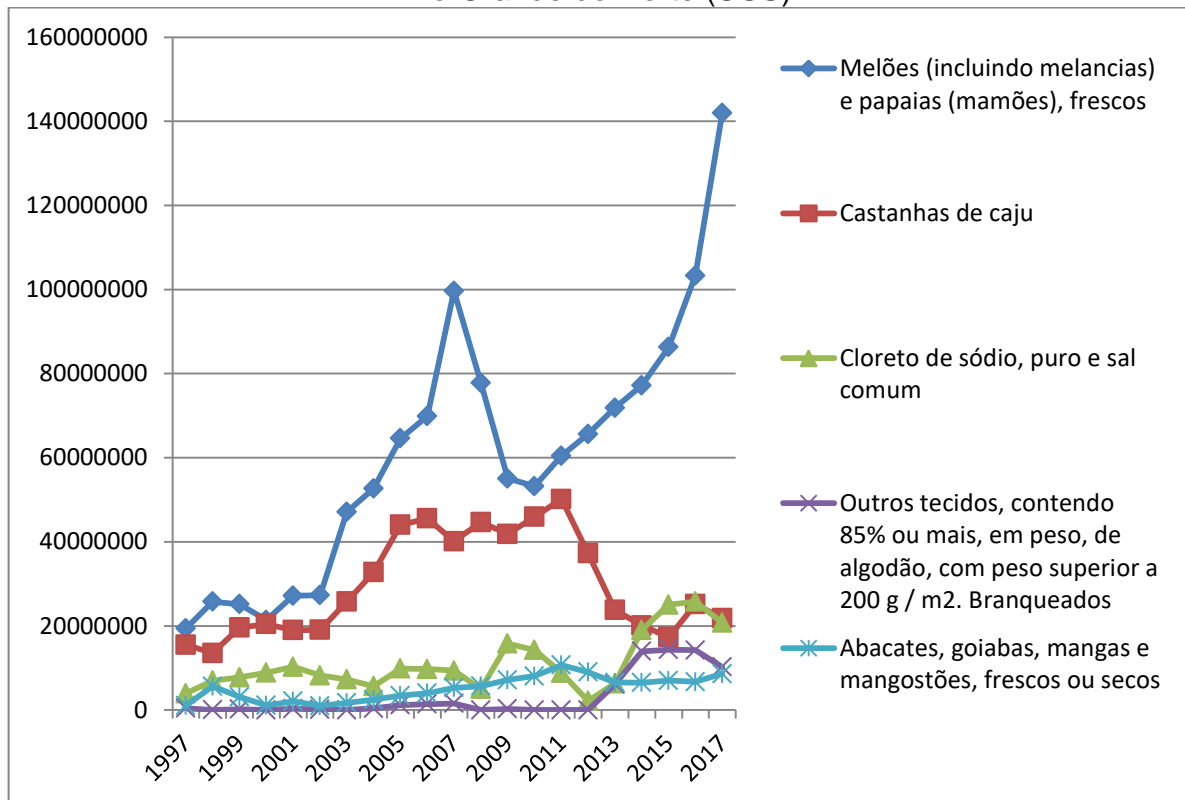


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do COMEXSTAT (2019).

Destaca-se o cloreto de sódio (sal) e o melão como os produtos que o Rio Grande do Norte mais exporta em toneladas. O cloreto de sódio (sal) é o produto que mais exporta em toneladas, em 2016 este produto exportou aproximadamente um milhão cento e quarenta mil toneladas, seguido pelo melão que atingiu seu pico em 2017, exportando aproximadamente duzentos e vinte e três mil toneladas.

A Figura 9 mostra os principais produtos no desempenho das exportações agrícolas do Rio Grande do Norte (em US\$).

Figura 9 – Principais produtos e o desempenho das exportações agrícolas do Rio Grande do Norte (US\$).



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do COMEXSTAT (2019).

No desempenho das exportações agrícolas do Rio Grande do Norte o melão é o principal produto, seguido pela castanha do caju. Apesar da significativa quantidade exportada de sal, o melão prevalece por apresentar preço de exportação aproximadamente 28 vezes maior do que o sal.

No período de 1997 a 2007, observa-se que o melão teve um crescimento linear e significativo de aproximadamente 513%. Segundo Belik *et al.* (2016), entre 1997 e 2001 ocorreu um crescimento da produtividade do melão, passando de 16 para 25 toneladas por hectares, decorrentes do avanço na mecanização, da utilização de novas técnicas de produção, a instalação de empresas mais eficientes na região, do regime cambial que atingiu significativamente o câmbio. Além disso, este fato pode ter ocorrido devido ao processo de reconfiguração na produção do melão no RN gerado pela falência das empresas Frunorte e Maisa e o surgimento de novas empresas mais modernas.

Em 2008 ocorreu uma diminuição na quantidade exportada, caindo 45,8 mil toneladas. Esta queda teve relação com a crise econômica internacional iniciada em setembro de 2008, coincidindo com o período de safra brasileiro (agosto a

setembro). Em decorrência deste cenário negativo e na tentativa de amenizar o impacto da crise, os produtores de melão buscaram alternativas de solução destinando o aumento das suas vendas no mercado interno (PENHA, 2016).

Nas palavras de Belik *et al.* (2016), a produção do melão teve início em meados da década de 1980 e sempre teve buscado o mercado internacional como foco principal de fluxo de produção. O principal destino dos melões potiguares são os mercados europeus, com destaque para a Holanda e a Espanha. Em 2013, 73% das exportações tiveram estes destinos.

De acordo com Oliveira *et al.* (2011), o mercado mundial se mostrou contrário a esse cenário, e mesmo com o crescimento do comércio mundial de melão não foi o suficiente para contribuir significativamente e evitar o calamitoso desempenho. Este cenário negativo tem relação com a crise internacional de 2008, devido ao fechamento de uma das principais empresas produtoras de melão no estado do Rio Grande do Norte, coincidindo com um momento de maior incerteza na economia mundial no período da safra 2008/2009 (agosto a março), que tinha como destino o mercado externo.

Conforme pode ser observado na Figura 9, a partir de 2011 a exportação de melão volta a crescer constantemente, atingindo seu ponto máximo em 2017. E, em linhas gerais, acredita-se que as exportações só tendem a crescer, até mesmo pelo fato do melão, como já foi mencionado, ser considerado o maior produto exportado no desempenho das exportações agrícolas do Rio Grande do Norte.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou mostrar a significância da fruticultura no desempenho das exportações agrícolas e do Rio Grande do Norte durante o período de 1997 a 2017. A metodologia utilizada para a construção deste trabalho envolveu uma pesquisa exploratória e bibliográfica, com análise qualitativa dos dados.

Como foi abordado neste trabalho, o setor agrícola brasileiro teve uma ascensão no período estudado (1997-2017) com uma participação média de 24% no PIB brasileiro. Dentro do setor agrícola o ramo vegetal tem uma participação predominante, com uma participação média de 18%, com destaque para a fruticultura que teve um crescimento substancial no período analisado. Destacado como terceiro maior produtor de frutas do mundo, o Brasil no ano de 2008 exportou o valor de quase US\$ 1 bilhão, como mostra na figura 4.

Esse considerável crescimento no setor frutífero se deu, principalmente, pela junção de dois fatores: pelo forte crescimento tecnológico após a abertura comercial brasileira em 1990 e pelo o aumento substancial da demanda internacional pelas frutas in natura, principalmente os países desenvolvidos.

A região Nordeste foi a que mais cresceu nos últimos anos, em termos de produção de frutas frescas. É a região Nordeste que impulsionou nas últimas décadas a expansão das exportações de frutas, a partir da consolidação de Polos irrigados na região. Um dos aspectos relevantes para a expansão da produção na região Nordeste é o clima favorável, a baixa pluviosidade e a baixa amplitude térmica propicia um ambiente de maior controle dos estágios de produção das frutíferas.

Merece destaque o melão, por ser a fruta mais produzida na região Nordeste. A região Nordeste detém em média 95% da produção dessa fruta no Brasil. O crescimento da produção do melão foi bastante promissor, que apesar de uma redução em 2008 devido à crise internacional, se recuperou a partir de 2011 e manteve uma elevada produção até 2017 produzindo acima de 500 mil toneladas.

O estado do Rio Grande do Norte é considerado o maior produtor de melão do Brasil, tem uma participação média de 55% na produção dessa fruta no âmbito nacional. Esporadicamente o ano de 2008 foi o único ano em que o estado do Rio Grande do Norte não foi o maior produtor dessa fruta, ficando atrás do Ceará, porém no ano seguinte se recuperou e voltou a ser o estado maior produtor dessa fruta. No

entanto, até 1970 o estado possuía uma estrutura agrária concentrada em algodão arbóreo e herbáceo e plantações de cana-de-açúcar.

A partir de 1990 com a abertura comercial, o estado entra em uma nova era assim como o Brasil, caracterizado pela mudança na estrutura produtiva e organizacional. A busca por vantagens competitivas, fez com que as empresas potiguares que atuavam no mercado internacional buscassem se diversificar, inovar e interagir no novo ambiente de mercado, inserindo-se, nessa conjuntura, o melão.

Atualmente, o melão é o maior produto exportado no desempenho das exportações agrícolas do Rio Grande do Norte, seguido pela castanha de caju. E embora seja significativa, também, a quantidade de sal exportada, o melão sobressai por apresentar preço de exportação aproximadamente 28 vezes maior do que o sal.

Finalizando este estudo, vale ressaltar que se teve aqui o propósito de esgotar a temática trabalhada, esclarecendo-se que cada situação possui suas particularidades e peculiaridades e, independente do que foi apresentado, torna-se necessário que se leve em consideração os resultados apresentados, destacando-se a contribuição positiva do Estado do Rio Grande do Norte para a evolução do desempenho das exportações agrícolas envolvendo a fruticultura e a produção do melão.

REFERÊNCIAS

- ALEXANDRE, M.J.O. **A construção do trabalho científico: um guia para projetos, pesquisas e relatórios científicos.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.
- ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- APEX-BRASIL. **APEX-BRASIL e ABRAFRUTAS assinam convênio para exportação de frutas brasileiras.** Brasília, DF, 2015. Disponível em: <<http://www.apexbrasil.com.br/Noticia/APEX-brasil-e-abrafrutas-assinamconvenio-para-exportacao-de-frutas-brasileiras>>. Acesso em: 08 maio 2018.
- BARBOSA, G.R. A fruticultura irrigada no Nordeste: estímulo ao desenvolvimento sustentável?, In: ENEGEP, 26, 2006, Fortaleza, CE. **Anais...** Fortaleza, CE: Associação Brasileira de Engenharia de Produção – ABEPRO, p. 2-4, 2006. Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2006_tr560372_7188.pdf>. Acesso em: 10 maio 2018.
- BARROS, G.S.C. CEPEA. **Revista HortifrutiBasil**, Piracicaba, SP, n. 141, p. 24, mar. 2015. Disponível em: <<http://www.cepea.esalq.usp.br/hfbrasil/edicoes/141/full.pdf>>, Acesso em: 10 maio 2018.
- BARROS, J.R.M. Transição e descontinuidade no crescimento agrícola. In: DIAS, G.L.S.; BARROS, J. R. M. **Fundamentos de uma nova política agrícola.** Brasília: Ministério da Agricultura/CFP, 1983. 39 p. (Coleção Análise e Pesquisa, v. 26).
- BELIK, W.; MATOS FILHO, J.; MEDEIROS, G.; PENHA, T. A. M. **GLOBAL CHAIN OF MELON: a study of the value added in the melon produced in the Brazilian region of Açu-Mossoró.** 2016.
- BRANDÃO, A.S.P.; ALVES, E. Análise de preços agrícolas. **Revista de Política Agrícola**, ano XVI, n. 4, out./nov., 2007. Disponível em: <<https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/498>>. Acesso em: 09 maio 2019.
- BUAINAIN, A.M.; BATALHA, M.O. (Coords.). **Cadeia produtiva de frutas.** Brasília: IICA:MAPA/SPA, 2007, 102 p.; (Série Agronegócios, v. 7).
- CARVALHO, J.M.; MIRANDA, D.L. As exportações brasileiras de frutas: um panorama atual. **SOBER, Palestra**, Brasília/DF, 2009. p. 6-13. 2009. Disponível em: <<http://sober.org.br/palestra/13/1300.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2018.
- CAVALCANTE, A.L.; MINDÉLLO, M.G. Evolução das exportações cearenses de melões – 2007 A 2012. **Enfoque Econômico IPECE**, Fortaleza, CE, n. 58, p. 3-6, jan. 2013. Disponível em: <http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/enfoque_economico/EnfoqueEconomicoN58_22_01_2013.pdf>. Acesso em: 10 maio 2018.

CONCEIÇÃO, J.C.P.R.; CONCEIÇÃO, P.H.Z. **Agricultura: evolução e importância para a balança comercial brasileira.** Texto para Discussão nº 1944. Brasília, março de 2014.

CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL(CNA). **Balço 2013 Perspectivas**, 2014. p. 101, Brasília, DF. Disponível em: <http://www.canaldoprodutor.com.br/sites/default/files/balanco_CNA_2013_web.pdf>. Acesso em: 10 maio 2018.

CONTINI, E. **Dinamismo do agronegócio brasileiro.** Publicado em 13/04/2001. Disponível em: <<http://www.agronline.com.br/artigos/artigo.php?id=22>>.

COSTA, N.D.O. **Cultivo do melão**, 2015. p. 5-16, Disponível em: <<http://www.hortibrasil.org.br/jnw/images/stories/Melao/m.69.pdf>>. Acesso em: 09 maio 2018.

CUNHA, J. **Fruticultura: o Nordeste em transformação.** Rio Bravo Fronteiras, São Paulo, 2009. p. 2. Disponível em: <http://www.riobravo.com.br/acervo/Fronteiras/Rio_Bravo_Fronteiras- Novembro_2009.pdf>. Acesso em: 10 maio 2018.

DEUS, J.A.L. **Sistema de recomendação de corretivos e fertilizantes para o meloeiro com base no balanço nutricional.** 2012. 121 f. Dissertação (Mestrado em Agronomia, Solos e Nutrição de Plantas). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza – CE, 2012.

FUNCKE, A.; MIRA, E.; MASCARENHAS, G.; PEREIRA, P. **Perspectivas do investimento em agronegócio.** Instituto de Economia da UFRJ. Instituto de Economia da UNICAMP. Rio de Janeiro, 2009.

GASQUES, J.C.; REZENDE, G.C.; VERDE, C.M.V.; SALERNO, M.S.; CONCEIÇÃO, J.C.P.R.; CARVALHO, J.C.S. **Desempenho e crescimento do agronegócio no Brasil.** Brasília: IPEA, 2004. (Texto para Discussão nº 1009). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/2004/td_1009.pdf>.

GONZALEZ, B.C.R.; COSTA, S.M.A.L. Agricultura brasileira: modernização e desempenho. **Teoria e evidência econômica**, Passo Fundo, v. 5, n.10, p.7-35, maio 1998. Disponível em: <<http://goo.gl/W7F7ML>>.

HESPANHOL, A.N. **A fruticultura irrigada no polo de desenvolvimento integrado Assu-Mossoró-Estado do Rio Grande do Norte-Brasil.** 2015.

MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. **Fundamentos de metodologia científica.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

NEVES, E.M.; NEVES, M.F. O agronegócio, desenvolvimento brasileiro e a importância da pesquisa. In: NEVES, M.F. (Coord.). **Agronegócios e desenvolvimento sustentável: uma agenda para a liderança mundial na produção de alimentos e bioenergia.** 2. reimpr. São Paulo: Atlas, 2007.

NUNES, E. M. **Reestruturação agrícola, instituições e desenvolvimento rural no nordeste:** as dinâmicas regionais e a diversificação da agricultura familiar no polo Assu-Mossoró (RN), Porto Alegre: UFRGS, 2009.

NUNES, E.M.; SCHNEIDER, S. **A dinâmica desigual do desenvolvimento regional no Nordeste:** o polo Assu/Mossoró (RN). Artigo apresentado no XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2008.

OLIVEIRA, D. M.; ALMEIRA, C. A. S.; PONTES, F. S. T.; DANTAS, F. C.; PONTES, F. M., A cultura do melão no estado do Rio Grande do Norte pós Plano Real: 1995-2009. Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável, Mossoró, RN, v. 6, n. 3, p. 192-196, set. 2011. Disponível em: <http://www.gvaa.com.br/revista/index.php/RVADS/article/view/662/pdf_245>. Acesso em: 03 fev. 2015.

OLIVEIRA, E.P. **A inserção do agronegócio da fruticultura do Rio Grande do Norte no contexto internacional.** 2005. Monografia. (Curso de Economia). Departamento de Economia. Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Natal, 2005.

_____. **Arranjos produtivos globalizados:** o caso do APL da fruticultura de Melão de Mossoró/Baraúna-RN. Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade Federal do Rio Grande do Norte-PPECO, Natal: UFRN, 2011.

OLIVEIRA, G.S. **Aplicação do processo de liofilização na obtenção de cajá em pó:** avaliação das características físicas, físico-químicas, higroscópicas. 2012. f. 85. Tese (Ciência Tecnológica de Alimentos). Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza – CE, 2012.

PENHA, T.A.M. **Estrutura e dinâmica do sistema agroalimentar:** uma análise dos mercados de fruticultura dos polos irrigados de Açú-Mossoró e Petrolina-Juazeiro. 2016.

PORTER, M.E. **Na competição.** Atualizado e expandido. Boston: Harvard Business School Publishing, 2008.

RODRIGUES, W. A organização mundial do comércio e as negociações do setor agrícola. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Waldecy_Rodrigues/publication/228422846_A_organizacao_mundial_do_comercio_e_as_negociacoes_do_setor_agricola/links/59884629a6fdcc756259d81b/A-organizacao-mundial-do-comercio-e-as-negociacoes-do-setor-agricola.pdf>.

SANTOS, C.E.; KIST, B.B.; CARVALHO, C.; REETZ, E.R.; DRUM, M. **Anuário Brasileiro da Fruticultura,** Santa Cruz do Sul, RS. 2014. p. 5-27. (v. 13,12). Disponível em: <http://www.grupogaz.com.br/tratadas/eo_edicao/4/2014/03/20140325_3d8463877/pdf/4333_fruticultura_2014.pdf>. Acesso em: 08 maio 2018.

SILVA, J.G. **A modernização dolorosa.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1982.

SILVA, P.C.G. **Articulação do interesse público e privado no Polo Petrolina-PE / Juazeiro-BA**: em busca de espaço no mercado globalizado de frutas frescas. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas. Campinas: UNICAMP, 2001.

SRIA/MAPA. Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio (SRIA). Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). **Agronegócio brasileiro**: desempenho do comércio exterior. 2. ed. Brasília: SRIA/MAPA, 2006. Disponível em: <[http://www.agricultura.gov.br/pls/portal/docs/page/mapa/menu_lateral/agricultura_pecuaria/relacoes_internacionais/estudos_publicacoes/agro\(b\)_2.pdf](http://www.agricultura.gov.br/pls/portal/docs/page/mapa/menu_lateral/agricultura_pecuaria/relacoes_internacionais/estudos_publicacoes/agro(b)_2.pdf)>.

TABIO, Z.F. **Estudo da competitividade da indústria de frutas brasileiras, melão e manga (2000-2012)**. TCC (Obtenção de título de Bacharel em Ciências Econômicas com ênfase em Controladoria). Universidade Federal de Alfenas. Varginha, MG, 2014.

TORRES, A.C.B.A.; MOUTINHO, L.M.G. **A caracterização do cluster de melão de Mossoró/Baraúna – RN**. Série Textos Para Discussão, João Pessoa, PB, n. 250, jul. 2002. Disponível em: <[http://201.2.114.147/bds/bds.nsf/C63EF242CED4A11F03256FFE005C9168/\\$File/NT000A7E7E.pdf](http://201.2.114.147/bds/bds.nsf/C63EF242CED4A11F03256FFE005C9168/$File/NT000A7E7E.pdf)>. Acesso em: 10 maio 2018.

VASCONCELLOS, M.A.S.; GREMAUD, A.P.; TONETO JR, R. **Economia brasileira contemporânea**. São Paulo: Atlas, 1999.

VIANA, S.S.; SILVA, L.M.R.; LIMA, P.V.P.S.; LEITE, L.A.S. Competitividade do Ceará no mercado internacional de frutas: o caso do melão. **Revista Ciência Agronômica**, Centro de Ciências Agrárias – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, v.37, n.1, p.30-31, 2006. Disponível em: <<http://www.ccarevista.ufc.br/seer/index.php/ccarevista/article/view/215/210>>. Acesso em: 09 maio 2018.

VITTI, A. **Análise da competitividade das exportações brasileiras de frutas selecionadas no mercado internacional**. 2009. 106 f. Dissertação (Mestrado em Ciências – Economia Aplicada). Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”. Universidade São Paulo, Piracicaba, SP, 2009.

WEISS, C.; SANTOS, M. A logística de distribuição e as perdas ao longo da cadeia produtiva das frutas frescas. In: Congresso Virtual Brasileiro – Administração, 9., 2012, São Paulo. **Anais...** São Convima, p. 2, 23 a 25 de novembro de 2012, Disponível em: <http://www.convibra.org/upload/paper/2014/30/2014_30_10162.pdf>. Acesso em: 08 maio 2018.